

Caderno de Encargos

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º 02/20

(Nos termos do disposto na al. a), b), c) ou d), do n.º 1 do art.º 20.º do D.L. n.º 111-B/2017, de 31/08)

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de dois veículos de passageiros elétricos**, conforme indicado no mapa de quantidades e nas especificações técnicas que fazem parte integrante do presente caderno de encargos.

Cláusula 2ª

Preço base

1 - Pela aquisição do objeto do contrato a celebrar o Município da Lousã dispõe-se pagar ao fornecedor o preço base global de **55.040,65 € (cinquenta e cinco mil e quarenta euros e sessenta e cinco cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

2 - O preço base definido tem por fundamento os preços atualizados do mercado obtidos através do site do Guia Automóvel, para viaturas de características idênticas aquelas que constituem o objeto do presente contrato. Assim definiu-se o valor base encontrado através do valor médio das três viaturas consultadas no referido site, a saber:

<https://www.guiadoautomovel.pt/marcas/renault/zoe/intens-z-e-50-r135-flex/813814120191201/review>
<https://www.guiadoautomovel.pt/marcas/peugeot/208/active-versao-electrica/813710620200116/review>

Cláusula 3ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos. O clausulado do contrato deverá conter os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
- e) O prazo de entrega;
- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
- h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
- i) A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º -A;
- j) As eventuais condições de modificação do contrato expressamente previstas no caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4ª

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo compreendido entre a data de adjudicação e a data de entrega dos bens mencionada na proposta.

2 – A entrega das viaturas deve decorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do visto do Tribunal de Contas, conforme o disposto no n.º 3 da presente cláusula.

3 – A celebração do contrato só produz efeitos vinculativos se o contrato de leasing mencionado nas cláusulas 11.ª e 12.ª do presente documento, for visado pelo Tribunal de Contas.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I

Disposições Gerais

Cláusula 5ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entregar os bens cumprindo integralmente o indicado nas **Especificações Técnicas** do Caderno de Encargos.
- b) Comunicar, antecipadamente, à Câmara Municipal os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega do objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Obrigação de prestar assistência técnica fixa e móvel do território nacional;
- d) Obrigação de reparação de erros ou deficiências do bem;

2 - O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrentes de quaisquer erros ou omissões na entrega dos bens.

Cláusula 6.ª

Local de entrega do bem objeto do contrato

1. O bem objeto do contrato será entregue nas instalações da entidade adjudicante, nos prazos constantes da proposta adjudicada.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.
3. É da responsabilidade do concorrente, informar o plano de manutenção do equipamento que assegure o bom funcionamento do mesmo.
4. Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, identificado no número 1 da presente cláusula, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª

Inspeção

No ato de entrega dos bens objeto do contrato, o Município da Lousã procede, de imediato, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar se aqueles reúnem as características, especificações e requisitos definidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 8.ª

Legalização dos equipamentos

1. O processo de legalização dos equipamentos, até à emissão do documento único definitivo, é da exclusiva responsabilidade do fornecedor do equipamento.
2. Os custos inerentes ao processo de legalização referido no ponto anterior, são responsabilidade única do fornecedor do equipamento.
3. Os bens só poderão ser aceites pelo Município da Lousã após a homologação e matriculação do equipamento.

Cláusula 9.ª

Garantia técnica e de continuidade

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de equipamento e das garantias a ela relativas, o fornecedor deverá garantir o bem objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) meses a contar da data de entrega dos bens.
2. Caso o Município da Lousã detete qualquer defeito ou discrepância no bem objeto do contrato, deverá notificar o fornecedor, por escrito, para efeitos da respetiva reparação, no prazo máximo de 1 (um) mês a contar da data em que tenha detetado o defeito ou discrepância.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 10ª

Objeto do dever de sigilo

1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento por conta da execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

5 - Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação, por parte de particulares, sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

6 - O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 11ª

Preço contratual

1 - Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal vai proceder à abertura de um procedimento com base nos preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, recorrendo para o efeito à contratação de uma locação financeira. A referida

contratação vai permitir o pagamento do preço dos bens, juros devidos, demais encargos a suportar e valor residual.

2. - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - A adjudicação da aquisição das viaturas só produz efeitos vinculativos se o supracitado contrato de locação financeira for visado pelo Tribunal de Contas.

Cláusula 12ª

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pela aquisição dos bens objeto do presente procedimento serão garantidas pela entidade adjudicatária do contrato de leasing referido no artigo anterior, cuja duração deverá ser de 48 meses.

Capítulo III

Cláusula 13ª

Casos fortuitos ou de força maior

1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior – entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar – for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 14ª

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será do foro competente o Tribunal Administrativo.

Cláusula 15ª

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e demais legislação portuguesa em vigor.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 16ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª

Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos e da execução dos contratos

A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos e da execução dos contratos, far-se-á nos termos respetivamente do artigo 470º e do artigo 471º do CCP.

Especificações Técnicas

A. Termos de aquisição e características do veículo

- Número de viaturas: 2 (duas);
- Prazo de Locação Financeira: 48 (quarenta e oito) meses;
- Estado: Nova
- Tipologia: Ligeiro de passageiros elétrico;
- Número de portas: 5 (cinco);
- Potência: Não inferior a 130cv;
- Autonomia em WLTP: não inferior a 340 (trezentos e quarenta) quilómetros;
- Capacidade da Bateria: não inferior a 50KWh
- Faróis: LED
- Pintura: Cor Branca. A viatura deve ser entregue com o logo do Município e publicitação do financiamento do Fundo Ambiental, em condições a definir pela entidade gestora do mesmo, no formato de autocolante (s) nas duas portas dianteiras;
- Equipamento Opcional: câmara de estacionamento traseira e sensores de estacionamento.